Conclusões da 2ª Conferência Internacional

sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial

A II Conferência esteve reunida na Universidade de Lisboa, nos dias 29 e 30 de outubro de 2013, a partir de uma iniciativa do Governo Português e com a organização conjunta do Camões, I.P., da CPLP, do IILP e de um consórcio de quatro universidades portuguesas – as Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra e a Universidade Nova de Lisboa.

Os trabalhos da 2.ª Conferência foram distribuídos por três conferências plenárias, sete reuniões temáticas, dezasseis sessões de comunicações livres e duas sessões de apresentação de projetos e produtos.

Os textos das comunicações entregues à organização serão colocados no *site* da conferência e objeto de subsequente edição digital.

Em primeira apresentação dos resultados da conferência, elaborada em simultâneo com o seu encerramento e suscetível de ulterior enriquecimento, figuram as seguintes conclusões e propostas:

Recomendações gerais:

1. Manter as metas traçadas no Plano de Ação de Brasília, sempre que não tenham sido atingidas.
2. Prever formas de monitorização do programa, com a introdução de cronogramas, identificação de responsáveis e de metas objetivas.
3. Incluir no Plano de Ação de Lisboa as recomendações da Carta de Maputo e da Carta da Praia – ou remissão para estes documentos.

Língua de ciência e inovação

1. Prosseguir o esforço de melhoria da qualidade das revistas científicas, editadas nos países da CPLP, de modo a conseguir que as que constam da SCIELO e satisfazem os indicadores internacionais de qualidade sejam integradas na *Web of Science*.
2. Reconhecer o papel das terminologias científicas e técnicas, concertadas entre os países da CPLP, como instrumento facilitador da comunicação entre os seus cientistas e, sobretudo, como facilitador do ensino da ciência, da partilha do conhecimento e da disseminação da cultura científica.
3. Incluir como área estratégica nos Planos Nacionais de I&D dos países da CPLP para os próximos sete anos o Processamento Computacional da Língua Portuguesa, condição indispensável da cidadania plena numa sociedade de conhecimento.
4. Identificar áreas de atividade em que a língua portuguesa pode constituir um instrumento para o fomento ou desenvolvimento da economia.
5. Desenvolver estratégias de promoção da imagem de poder e de valor acrescentado da língua portuguesa.

Ferramentas e recursos digitais

1. Formar consórcios e parcerias que possibilitem a transferência de tecnologia entre os vários países da CPLP, criando massa crítica para a afirmação da língua portuguesa, em todas as suas variedades nacionais, junto dos agentes económicos.

Presença da língua portuguesa nas organizações internacionais

1. Focar as politicas de internacionalização da língua portuguesa, ao nível político-diplomático da CPLP, em objetivos exequíveis, compatíveis com os níveis de investimento disponibilizados pelos EM, e suportadas por uma análise realista dos contextos geoestratégicos e regionais de atuação.

Ensino da língua portuguesa e formação profissional

1. Prosseguir as propostas do plano de Ação de Brasília, nomeadamente quanto ao (i) levantamento dos programas em curso nos países da CPLP na área de formação de professores de LP em contexto PLE; e à (ii) articulação de ações de cooperação na capacitação/formação de professores de PLE.
2. Concretizar propostas de formação/capacitação dos professores de PLE/2 no espaço CPLP que possibilitem a mobilidade de estudantes, de formadores e de conhecimento.
3. Publicitar os casos de boas práticas de ensino ou de práticas de impacto reconhecido para replicação mediante adaptação a outros contextos.
4. Apoiar programas de ensino bilingue, a partir de experiências que se refletiram na promoção do sucesso escolar.
5. Garantir aos profissionais a aquisição de uma sólida formação linguística, que os torne explicitamente conscientes das propriedades das diferentes variedades do português e da sua relação com as normas nacionais.
6. Investir numa formação profissional consciente da importância da localização, a qual será potenciada se houver concertação e conhecimento partilhado sobre políticas de formação.
7. Investir na formação de tradutores e intérpretes em áreas específicas de relevância social e económica, como a saúde, a justiça e a ciência e tecnologia.
8. Explorar as potencialidades e virtualidades das tecnologias de informação e comunicação na diversificação de metodologias para o ensino da língua, como por exemplo ambientes de simulação 3D, vídeos e imagens.
9. Assegurar ao IILP condições políticas, económicas e de gestão para a continuidade do projeto de criar uma plataforma comum na Internet para o ensino do português como língua estrangeira, já em processo de implementação e lançada na sua versão

experimental na II Conferência para o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em outubro de 2013, em Lisboa, denominada Portal do Professor de Português Língua Estrangeira (PPPLE), contendo, entre outros recursos:

- Rede virtual de professores de português para a partilha de experiências pedagógicas, materiais e recursos didáticos;

- Materiais e recursos didáticos, em forma de Unidades e Roteiros Didáticos, para o ensino de português como língua estrangeira.

10. Recomendar ao IILP que retome a reflexão sobre estratégias de ensino do português que tenham em conta as diferentes variantes da língua portuguesa e prossiga a criação de recursos didáticos comuns para o seu ensino como língua estrangeira, que tem sido realizado no âmbito do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira (PPPLE);

11. Incumbir o IILP de apresentar um projeto de formação de professores para a atuação nas diásporas, bem como uma metodologia para a cooperação entre os Estados Membros que permita a sua realização.

12. Mandatar o IILP para coordenar, a partir da realização de acordos e parcerias com instituições especialistas e adequadas para esse fim, para elaborar um mapeamento e consequente diagnóstico dos falantes e herdeiros da língua portuguesa que vivem em diferentes contextos diaspóricos, visando ao planeamento e ao desenvolvimento de projetos voltados para essas comunidades.